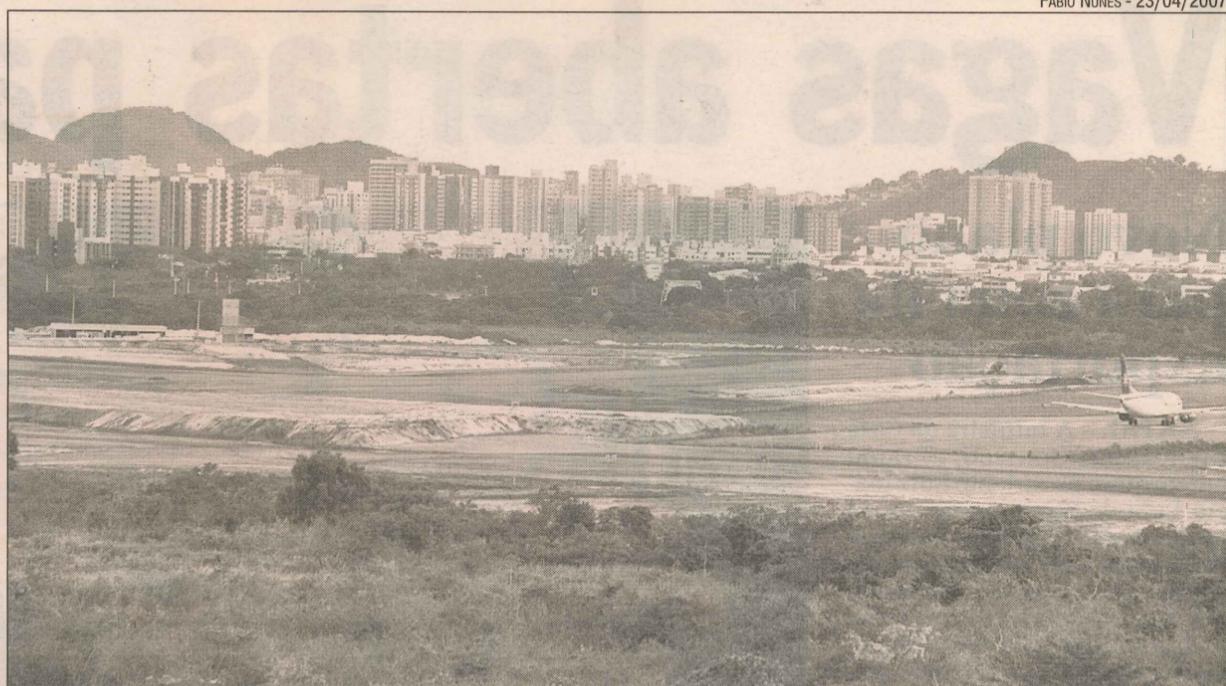


Tribunal avalia relatório sobre aeroporto



Obras no aeroporto de Vitória: tribunal determinou retenção de R\$ 4,8 milhões no orçamento

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

A análise técnica sobre a paralisação das obras e os valores dos contratos poderá ser avaliada na quarta-feira

O processo referente a denúncias de superfaturamento nas obras do aeroporto de Vitória deve chegar ao plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na próxima quarta-feira.

As investigações apuram supostas irregularidades no contrato firmado entre a Infraero e o consórcio composto pelas empresas Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon para ampliação e reestruturação do aeroporto.

Na quarta-feira passada, o processo deixou a Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio Público (Secob) do TCU com um parecer definitivo dos técnicos da entidade sobre o possível superfaturamento.

Durante esta semana, novos elementos sobre atos e contratos realizados foram adicionados ao processo em nome do consórcio pela empresa Estacon.

A equipe do secretário de fiscalização do TCU, Cláudio Sariban Altounian, inspecionou todos os documentos, que foram remetidos para o gabinete do ministro-relator do caso, Raimundo Carreiro.

Ao retornar das férias, na segunda-feira, o magistrado definirá se envia ou não o parecer à apreciação do plenário.

Se enviá-lo, o processo entra em pauta na próxima sessão do órgão, na quarta-feira.

Caso sejam descartadas as suspeitas de fraude, será interrompida a retenção orçamentária imposta pela medida cautelar do TCU que vigora desde outubro de 2006.

DANOS

Se for comprovada a irregularidade, o dinheiro retido servirá para cobrir os danos financeiros causados aos cofres públicos pelo contrato.

A retenção orçamentária imposta pelo TCU no final do ano passado, que chega a R\$ 4,8 milhões, culminou na interrupção das obras do aeroporto de Vitória em abril deste ano.

A Infraero passou a segurar 13,12% do valor de toda fatura liberada para a execução da obra.

A medida cautelar também ordenou a reserva adicional de 7,84% sobre o valor dos serviços técnicos, profissionais e de sistemas especiais.

Abertura da Infraero não atrai investidores

RIO – A intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de abrir o capital da Infraero mantendo o controle com o governo foi recebida com descrédito pelo mercado e especialistas, que vêem a empresa como uma caixa-preta cheia de problemas e sem atratividade para o investidor.

Já a privatização da empresa ou somente dos aeroportos, uma tendência no mundo inteiro, seria bem-vinda por grupos estrangeiros e nacionais.

A alternativa de abrir o capital da Infraero começou a ser cogitada dias após o pior acidente da aviação civil brasileira, quando um Airbus A320 da TAM chocou-se contra prédios ao tentar aterrissar no Aeroporto de Congonhas, matando cerca de 200 pessoas.

As investigações ainda não foram concluídas, mas problemas na pista foram apontados como possíveis agravantes da tragédia.

Para o professor Respício Espírito Santo, da coordenação dos programas de pós-graduação de Engenharia da UFRJ (Coppe), a manutenção do cunho político da Infraero, pelo fato de o controle continuar na mão do governo, afastará os investidores.

“A Infraero nunca teve uma gestão profissionalizada, sempre foi mais um alvo político do que uma empresa de cunho técnico. É uma caixa-preta que ninguém sabe o que é”, avaliou.

Ele sugere que a melhor maneira de solucionar a falta de investimentos na infra-estrutura aérea seria privatizar os 67 aeroportos brasileiros administrados pela Infraero.

“Temos aeroportos no mundo inteiro que mostram que a iniciativa privada tem melhores condições de gerir aeroportos, porque tem muito mais facilidade de captar recursos, parcerias com outras empresas no exterior”, explicou o professor.

Somente na América Latina, estão sob administração privada os aeroportos de Bogotá, na Colômbia; São José, na Costa Rica; Cochabamba, La Paz e Santa Cruz, na Bolívia; e mais recentemente Lima, no Peru.

“A alemã Fraport (gestora de aeroportos na Alemanha, Bulgária e Índia) é líder do consórcio que ganhou a privatização no Peru”, informou o professor da Coppe/UFRJ, dando como exemplo de interesse do investidor.